

A Mulher na Revolução Russa

Sofia Manzano*

Resumo:

Nestes cem anos da Revolução Russa cabe destacar o que ela significou para as mulheres. O salto qualitativo que representaram as medidas tomadas, assim que se estabeleceu o poder dos soviets, para a condição feminina só foi alcançado em outras partes do mundo, de forma paulatina e sob muitas batalhas, depois de muito tempo – e, em algumas partes, ainda hoje não foram alcançadas.

Palavras-chave: Revolução Russa; relações de gênero; emancipação feminina.

The woman in the Russian Revolution

Abstract:

On this one hundredth anniversary of the Russian Revolution it is worth highlighting what that event signified for women. The qualitative leap represented by the policy measures taken, as soon as the power of the Soviets was established, was only accomplished in other parts of the world gradually and with many struggles after much time and had passed, and in some parts has not yet been accomplished at all.

Keywords: Russian Revolution; gender relations; women's liberation.

Introdução

A emancipação da mulher era considerada fundamental pelos revolucionários para o sucesso da revolução, assim medidas foram tomadas de maneira a superar a condição de submissão desumana a que estavam submetidas e torná-las sujeitos plenos e em condição de igualdade com os homens.

Apresentar essas medidas, para os dias atuais, pode parecer de menor importância, quando se toma a forma ideal com que as mulheres se consideram, no nosso capitalismo decadente. Contudo, a radicalidade com que os revolucionários consideraram necessárias as mudanças em seu estatuto não guardam semelhança

* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Vitória da Conquista-BA, Brasil. Coordenadora, na mesma instituição, do Grupo de Estudos d'O Capital. Doutoranda em História Econômica pela USP. Autora do livro *Economia Política para Trabalhadores* (São Paulo: ICP, 2013). End. eletrônico: sofiamanzano@hotmail.com

com nenhum processo emancipatório da condição feminina em parte alguma da história recente.

Para se compreender essa radicalidade e a profundidade com que as medidas tomadas impactaram a relação de gênero na Rússia revolucionária, deve-se considerar as condições prévias a que estavam submetidas as mulheres num país que não apresentava as condições ideais para um processo revolucionário socialista. As relações sociais de produção naquele país eram as mais atrasadas, se comparadas com os países mais adiantados no processo de produção capitalista. Não eram apenas resquícios feudais que impediam o avanço das forças produtivas, desencadeado pela revolução burguesa, que caracterizavam aquela sociedade, mas fortes estruturas de dominação próprias do autoritarismo aristocrático tardio que ainda determinavam relações humanas no interior da família e de gênero.

O processo histórico concreto com que se estabeleceram as relações tipicamente burguesas não havia se concretizado quando as condições objetivas para a revolução se apresentaram e não foram desperdiçadas pelos revolucionários liderados por Lenin. Ele próprio tinha pleno conhecimento desse atraso e precisou formular, a partir do método marxista de análise da realidade concreta, todo um arcabouço teórico próprio para lograr êxito no projeto transformador.

Um século depois dos acontecimentos que marcaram indelevelmente o século XX e foram responsáveis por conquistas dos trabalhadores de todo o mundo, muito se debate sobre se essas “condições objetivas” eram mesmo suficientes para o salto revolucionário. Ainda mais depois da derrota em que aquela revolução resultou e o retorno da Rússia ao capitalismo mais selvagem, no final do século. Isso leva muitos pesquisadores a descartarem as mudanças sociais imprimidas pelos revolucionários como inválidas, avaliando-as retrospectivamente por seus resultados finais e de forma anacrônica.

Não vamos debater aqui se essas “condições objetivas” eram ou não suficientes para o sucesso da construção do socialismo, pois este balanço ainda carece de análise fria e desapassionada. O que se pretende é apresentar como a revolução contribuiu para a emancipação da mulher e como essa emancipação não precisa ser postergada para um futuro ideal em que a sociedade de classes desapareça. As medidas tomadas já no primeiro ano da revolução resultaram em conquistas históricas que afetaram todas as mulheres do mundo, mesmo que, nos retrocessos de cunho “stalinistas” efetivados na URSS tenham se desmantelado muitos dos instrumentos legais alcançados pela mulher nos primeiros tempos da revolução. Ainda assim, depois de terem alcançado um patamar muito mais elevado de liberdade individual frente à submissão a que estavam relegadas antes da revolução, as tentativas de conformar novamente a mulher ao âmbito do lar e de “pilar moral” da sustentação da família de tipo burguesa, não resultaram em

retrocesso completo, pois é impossível girar a roda da história para trás. Essa tentativa “stalinista”, similar à estratégia da Santa Aliança, pode ter eliminado direitos concretos – como o divórcio e o direito ao aborto, mas não retrocedeu a relação de gênero ao patamar anterior à revolução.

O objetivo desse artigo é apresentar a contribuição de algumas mulheres no processo da revolução russa de 1917 para a emancipação feminina. Para isso, faz-se necessário caracterizar as condições sob as quais elas estavam submetidas imediatamente antes da revolução, de modo a apresentar a profundidade que esses avanços representaram. Além disso, é importante ressaltar as diferentes posições sobre o assunto que tomaram grupos políticos a fim de aferir sua aderência com a realidade da época e as possibilidades de alcançarem vitórias.

Neste início de século XXI a luta pela emancipação da mulher ainda é uma das mais importantes. Com a selvageria da ordem liberal presente, debates que pareciam superados, como o direito ao aborto, divórcio e igualdade de gênero, tornam-se absolutamente atuais, diante dos retrocessos que essa ordem decadente impõe à sociedade. Direitos que pareciam garantias humanas indestrutíveis estão se esvaindo frente a uma ofensiva conservadora que atinge fundamentalmente a mulher. Como armar a luta da emancipação feminina frente a essa realidade avassaladora? Essa luta está descolada da luta de classes? A institucionalidade burguesa é suficiente para garantir os direitos a uma existência plena nas relações de gênero? Quais são as lições que se podem tirar das batalhas travadas no bojo da Revolução Russa nesse campo?

Essas são apenas algumas questões que pretendemos esboçar nesse artigo.

A sociedade e a mulher na Rússia Czarista

Na transição do feudalismo para o capitalismo, a situação particular da Rússia apresentava-se muito distante da realidade dos países do Oeste Europeu. Enquanto o Antigo Regime fora suplantado pelas revoluções burguesas e a aristocracia absolutista derrotada cedera lugar ao domínio político da nova classe dominante, na Rússia ainda vigia uma superestrutura tipicamente absolutista, acrescido do mito do destino expansionista da Grande Rússia. O domínio oligárquico, ainda que anacrônico frente à realidade do capitalismo que já se encaminhava para sua fase monopolista, não destoava de todo das relações sociais de produção que se apresentavam no interior do país. Mesmo imerso, no âmbito das relações internacionais, às relações de troca capitalistas, no interior do processo de produção russo, a burguesia, ainda que desenvolvendo suas atividades produtivas, não alcançava poder político e não imprimia na sociedade suas relações institucionais.

Com as revoltas de 1848, a burguesia européia concluiu seu processo revolucionário. A partir daí tornou-se reacionária frente à ascensão da luta operária

que já iniciava sua marcha para por fim à exploração a que estava submetida. A Rússia, porém, encabeçava a Santa Aliança e, juntamente com a Prússia e a Áustria, conformou um grande exército para bloquear os avanços democráticos por todo continente europeu. Naquele grande e poderoso país, a força do Estado autocrático se consolidava cada vez mais, enquanto as transformações na base produtiva guardavam ainda relações de tipo feudais.

Aquele enorme país conviveu, oficial e legalmente, com a servidão até sua extinção em 1861. A configuração social estava marcada pela estrutura de classes de tipo feudal, no entanto, com a afetação típica da modernidade burguesa europeia. A classe dominante, tanto no que diz respeito ao poder político quanto à maior parte da produção, era a oligarquia latifundiária cuja riqueza era proveniente da renda da terra e dos soldos aferidos nos cargos da estrutura do Estado. Nessa sociedade ainda pré-capitalista, não há a separação formal entre o público e o privado, portanto, os recursos do Estado, assim como seus cargos e funções, são destinados aos diferentes estratos da classe dominante oligárquica (Boito, 2017: 11). Ocupar um cargo na estrutura do Estado, contudo, não significa exercer efetivamente uma atividade concreta na burocracia estatal. Os estratos mais elevados da classe dominante são nomeados para os cargos mais importantes, dos ministérios, do exército, do governo provincial. As atividades burocráticas necessárias para o andamento dessa enorme máquina pública ficam a cargo dos estratos médios e inferiores dessa classe, sempre seguindo a paridade entre a importância do cargo (e, conseqüentemente, seu rendimento) e a importância da pessoa na escala social.

Ocupar um cargo, nem de longe significa efetivamente trabalhar, apesar de haver aquele enorme contingente de funcionários que cumpriam algum tipo de trabalho. Os mais altos postos eram prebendas com intuito de garantir a sobrevivência dessa classe ociosa. E diante de toda essa ociosidade, o que fazer?

Quando as atividades concretas não fazem parte das necessidades humanas, a imaginação dá ao indivíduo a impressão de ser um portador de grandes ideias. A Rússia foi profícua em *intelectuais*, certamente legou uma exuberante literatura rica em ilustrar a futilidade e o anacronismo da classe dominante.

Um narrador descreve assim o personagem Stiepan Trofínovitch:

[...] era um homem inteligentíssimo e talentosíssimo, um homem, por assim dizer, de ciência, embora, convenhamos, em ciência... bem, numa palavra, em ciência ele não fez lá muita coisa e, parece, não fez nada vezes nada. Acontece, porém, que aqui na Rússia isso ocorre a torto e a direito com os homens de ciência. (Dostoiévski. 2004: 16-17).

Com rendas garantidas, renda da terra e das sinecuras do Estado, a ocupação dessa classe desocupada era afetar os modos e trejeitos copiados da Europa ocidental, esta sim, no turbilhão da revolução industrial. Os nobres senhores da Rússia, por falta de atividades concretas, dedicavam-se, muito, às ideias.

As nobres senhoras e suas filhas passam o século à procura de um bom casamento. Com a profusão de criados a servir-lhes a vontade, transcorrem a vida, do nascer ao desespero da morte, na mais frívola futilidade. Sua educação, à francesa, é diferenciada da dos homens. Nas grandes cidades, depois do período de estudos realizado no interior do lar, as donzelas podem, quando muito avançadas, ingressar em escolas próprias para moças. Mas essa educação formal não é um imperativo para que se destaquem socialmente. O importante, além, é claro, do tamanho do dote, é a qualidade dos “requintes” fúteis que ornamentavam, com sua presença, os salões. A delicadeza dos gestos, o requinte dos modos, a elegância e o refinamento são atributos imprescindíveis, até mais importantes que a beleza física. Contudo, acima de tudo, está a pureza virginal e a castidade. A inteligência feminina é medida pela capacidade da mulher de se encaixar nesse papel de bibelô, *comme il faut*.

Os casamentos, nessa classe social, são sempre arranjados de acordo com as conveniências da manutenção do *status* e da riqueza, principalmente da propriedade da terra, de onde vem a maior parte das rendas da nobreza. Mesmo àquelas mulheres dessa classe, porém, menos afortunadas, ser protegida por uma grande família pode garantir um casamento adequado e, com ele, a garantia de uma vida tranquila.

Há, também, aquelas mulheres livres (não camponesas e nem servas) mas que não encontravam uma alternativa de inserção na produção urbana. Essas serão professoras particulares, preceptoras, cujo trabalho se fazia nas casas das famílias nobres e consistia muito mais em acompanhar e cuidar das crianças durante seu crescimento do que transmitir alguma instrução formal. Para essa educação formal, eram contratados professores homens, também oriundos dessa mesma classe social, com formação universitária, mas desprovidos de posses, para que se sujeitassem a esse cargo.

Com o domínio completo da burguesia há uma inflexão no papel da mulher dessa classe que, se nos pequenos comércios, no dia a dia da casa, tinha que se inteirar dos negócios dos maridos, de forma mais ou menos prática e atuante, tende a assumir o papel de suas congêneres da nobreza, ou seja, quanto mais rica se torna a burguesia, menos importância tem a mulher burguesa para o trabalho social, ficando relegada ao ambiente do lar. A subordinação da mulher ao homem passa a ser explicado como um dado da natureza.

De toda forma, como é adequado à nobreza, rico ou pobre, o único trabalho pertinente a essa classe social é, quando muito, intelectual. Não estamos aqui relegando ao segundo plano as ocupações típicas do Estado, como os funcionários – os quais já tratamos, e o exército, extremamente importante. Principalmente na Rússia czarista do século XIX cujo papel expansionista e militar esteve em quase todos os conflitos armados do continente europeu e asiático durante esse período.

Se a classe dominante repousa seu poder e riqueza nessa estrutura feudal, a maior parte da população russa é composta pelos servos e camponeses. As propriedades nobres eram medidas pela quantidade de almas que possuíam. A literatura descreve assim um homem rico:

[...] aos quarenta anos o coronel recebeu como herança a aldeia de Stepántchikivo, o que aumentou sua fortuna para seiscentas almas, pediu baixa e instalou-se no campo (Dostoiévski, 2012: 10).

A economia russa antes da reforma que acabou com a servidão, em 1861, era baseada na produção agrícola de cereais:

Sob a economia natural, a sociedade se compunha de uma massa de unidades econômicas homogêneas (famílias camponesas patriarcais, comunidades rurais primitivas, domínios feudais) e cada uma dessas unidades executava todos os tipos de trabalho, desde a obtenção dos diversos tipos de matérias-primas até a sua preparação definitiva para o consumo. (Lenin, 1982: 13)

Mesmo em 1920, mais de 80% da população vivia na zona rural e sua maioria era composta por jovens.

Se as mulheres da classe dominante estavam fadadas a se comportarem como um artigo de luxo, para consumo de seus esposos e pretendentes, a mulher camponesa não estava livre do trabalho produtivo. A organização da vida camponesa, mesmo depois da Revolução de 1917, mantinha-se praticamente inalterada conforme costumes milenares. A terra era distribuída de acordo com o número de membros da família, o *dvor*, que era muito mais amplo do que a típica família predominante nas sociedades burguesas. O *dvor* era composto por membros com laços familiares, mas albergava também homens sem laços de parentesco que se agregavam à uma família pelo trabalho. O que definia o pertencimento ao *dvor* era acima de tudo o trabalho na terra, comum a todos.

Todas as casas [*dvor*], independentemente de seu tamanho, eram baseadas em princípios comuns. A família possuía terra, gado, implementos, construções e outras propriedades em comum. À parte o dote da mulher, pequenos itens pessoais (relógios, instrumentos musicais, roupas, etc.) e algumas quantias em

dinheiro, todas as colheitas e rendas pertenciam à propriedade comum. A casa consumia coletivamente o que produzia; propriedade e lucros não eram divididos em “partes definíveis”. (Goldman, 2014: 190).

Marx e Engels, ao discorrerem sobre a família afirmam:

Não se pode falar de ‘a’ família. Historicamente, a burguesia dá à família o caráter da família burguesa, que tem o tédio e o dinheiro como elementos unificadores e que já traz em si a dissolução burguesa da família, dissolução que não impede a própria família de continuar a existir. À sua imunda existência corresponde, na fraseologia oficial e na hipocrisia geral, o seu conceito sagrado. Onde a família é realmente dissolvida, como no proletariado, dá-se justamente o contrário [...]. Aí não existe absolutamente o conceito de família, sendo possível, porém, nele encontrar ocasionalmente uma inclinação para a vida familiar que se baseia em relações extremamente reais.” (Marx e Engels, 2007: 181).

O que estes autores percebem é que, para o proletariado, as relações reais determinam a família, e, no caso do *dvor* russo-camponês, essa conceituação fica ainda mais evidente. Ali não há a típica família como ficou conhecida o modelo familiar burguês. O que há é um conjunto de pessoas, com laços consangüíneos, em sua maioria, cuja relação social está determinada pela relação de produção comunitária.

Nas partes mais avançadas do desenvolvimento capitalista, afirmam os autores:

No século XVIII o conceito de família foi dissolvido pelos filósofos porque a família realmente existente estava já em vias de dissolução nos estágios mais elevados da civilização. Dissolveu-se o vínculo interno da família, as partes que formam o conceito de família, por exemplo: a obediência, a piedade, a fidelidade conjugal, etc.; mas o corpo real da família, a relação de propriedade, a atitude de exclusão em relação as outras famílias, a coabitação forçada – relações determinadas pela existência dos filhos, da estrutura das cidades modernas, pela formação do capital etc. – continuaram a existir, embora com muitas alterações, porque a existência da família é tornada necessária por sua conexão com o modo de produção, o qual é independente da vontade da sociedade burguesa.” (Marx e Engels, 2007: 181).

E prosseguem,

O quanto [a família] é indispensável foi demonstrado de forma decisiva na Revolução Francesa, quando, por um momento, a família foi nada menos que suprimida no plano legal. A família continuou a existir mesmo no século XIX, tendo apenas o processo de sua dissolução se tornado mais geral, não devido ao conceito, mas a um maior desenvolvimento da indústria e da concorrência” (Marx e Engels, 2007: 181-182).

Na Rússia Czarista, com a quase totalidade da população vivendo nas aldeias camponesas, mesmo depois do fim da servidão, as relações comunais e a propriedade coletiva mantiveram-se firmes. Apesar de ocuparem um local no processo de produção da vida social, a mulher camponesa encontrava-se em posição incomparavelmente inferior aos homens. Somente se fosse viúva do chefe da casa, a mulher tinha algum papel de destaque, mesmo assim, com muitas restrições. A maioria delas estava submetida às regras patriarcais da casa, como filhas ou como esposas. Tudo o que possuíam eram míseros objetos pessoais.

Deve-se destacar, no entanto, a força produtiva dessa mulher. Trabalhava a lavoura, cuidava do gado, produzia artefatos e dava conta das tarefas domésticas. Ao contrário de suas congêneres da classe dominante, a participação no processo de produção da vida familiar faz dessa mulher um ser humano com maior dignidade. Se poderia apanhar do marido – até o final do século XIX o castigo corporal era legal e comumente aceito na Rússia – também tinha o direito de castigá-lo. A infidelidade conjugal, apesar de ser recriminada, não era uma calamidade – como entre as mulheres da classe dominante. A virgindade não era um requisito fundamental para o casamento.

Os ideais libertários e a política das mulheres

O processo revolucionário russo não aguardou a consolidação das transformações sociais para iniciar a verdadeira revolução na vida das mulheres. A “questão feminina” já vinha sendo debatida anos antes da revolução. Desde os pequenos grupos radicais que se formaram no decorrer do século XIX, passando pelos populistas (Narodinik) até os bolcheviques, a preocupação com a emancipação da mulher sempre esteve presente. Contudo, por sua própria composição social, os primeiros grupos políticos não tiveram êxito em atingir, com suas ideias, a massa da classe camponesa. As principais lideranças da luta pela emancipação feminina provinham dos extratos superiores da sociedade, de famílias cujas filhas puderam estudar, viajar ao exterior e entrar em contato com as ideias emancipatórias predominantes na Europa ocidental.

Segundo a pesquisa organizada por Graziela Schneider (2017), cada uma delas contribuiu de forma radical para o debate e ultrapassou os limites impostos pela sociedade de então.

Anna A. Kalmánovitch foi uma feminista radical que defendia um partido só de mulheres a partir da crítica das correntes políticas existentes. Para ela, “em relação aos direitos políticos das mulheres, os liberais, por pura estética, colocaram a igualdade feminina como adorno em seu programa [...] o Partido Conservador [...] apresenta outros motivos: o sagrado lar, filhos, remendo de meias” (apud Schneider, 2017: 27). E mesmo ao partido social-democrata, “a

expressão ‘igualdade da mulher’ serve apenas para adornar o programa político” (*apud* Schneider, 2017: 28).

Assim, ela defende que a luta da mulher não cabe nesses partidos

Anseio convencer as mulheres de que não devem esperar a liberdade dos homens, não importa como eles se nomeiem: liberais, conservadores ou sociais-democratas. Enquanto o homem tiver a oportunidade de oprimir e humilhar a mulher, ele o fará. [...] Eu não anuncio uma cruzada nem contra os homens em geral, nem contra os sociais-democratas em particular. Apenas sou contra a ideia de que nós mulheres devemos esperar deles a liberdade. O passado da humanidade não justifica tais expectativas em relação à mulher nem a qualquer oprimido. Libertaram-se apenas aqueles que, ao se revoltar, escreveram as próprias leis (*apud* Schneider, 2017: 28 e 38).

Maria I. Pokróvskaia, como médica, dedicou-se muito ao estudo das causas da prostituição e, segundo ela, essas causas repousavam na educação sexual dos homens que estimulava demasiadamente os instintos sexuais. Assim, a educação dos filhos deveria ser exclusiva das mães, para que se formasse uma moral sexual idêntica entre homens e mulheres. Além disso, defende veementemente a igualdade na educação, entre homens e mulheres, uma vez que na Rússia Czarista, as Universidades eram exclusivas aos homens e, por pouco tempo, fora aberta a possibilidade de as moças assistirem às aulas como ouvintes.

Apenas em 1914 o parlamento russo permitiu à mulher ter um passaporte próprio, pois até então ela só poderia se movimentar acompanhada ou pelo pai, ou pelo marido. Contudo, nessa mesma lei, a mulher casada mantém não só a dependência jurídica, como econômica em relação ao esposo.

Uma vez que a esposa vive com o marido, ela, conforme a nova lei – que, em essência, repete a antiga – pode empregar-se ou ingressar em instituição de ensino superior apenas com a permissão do cônjuge. Não são poucos os casos em que a mulher é a única fonte de sustento de seus filhos, mesmo que more com o marido. Este último, com a intenção de explorar o trabalho dela em seu próprio benefício, concede-lhe autorização desde que a esposa entregue a ele uma parte do seu salário (*apud* Schneider, 2017: 63-64).

Diante da submissão da mulher e da imensa dificuldade em sensibilizar a Duma para a ampliação dos direitos femininos, Pokróvskaia funda o Partido Progressista das Mulheres e imprime à sua militância uma forte campanha para alcançar espaço no parlamento.

Enquanto na Inglaterra e mesmo nos Estados Unidos desde séculos passados mulheres alcançaram proeminência na literatura, na Rússia uma das primeiras e mais destacadas escritoras, crítica literária, jornalista e militante da causa feminina alcança destaque apenas no final do século XIX. Liubov I. Guriévitch veio de uma família de intelectuais progressistas, o que lhe permitiu acessar os mais altos níveis de ensino permitido às mulheres naquela época. Como jornalista, ela pode observar e registrar os avanços que a consciência das mulheres, notadamente das camponesas, sobre os direitos em geral e os direitos femininos. Nesses relatos jornalísticos, pode-se notar que rapidamente o interior provinciano russo se transformava, e, com isso, as exigências das mulheres em ampliar sua participação política nos conselhos e o poder de voto.

A compreensão mais profunda da situação da mulher pode ser constatada em um texto de Elena A. Kuvchínskaia que se tornou decana do departamento de economia da Universidade de Perm, após a Revolução de 1917. Neste texto de 1908 ela afirma:

O fator que gerou a luta das mulheres por direitos políticos e que atrai constantemente novas combatentes do meio feminino para a defesa de seus direitos é o caráter do desenvolvimento capitalista, que impulsiona as massas femininas para a busca da renda própria. Já faz algum tempo que o crescimento da indústria leve, acompanhado da redução de preço dos bens, aos poucos desvalorizou uma série de trabalhos domésticos, cuja realização era antes, na grande maioria das famílias, o foco principal da vida de mulheres e moças. Ao desvalorizar os produtos do trabalho doméstico artesanal, o avanço capitalista convocou as mulheres, de modo autoritário, a obter seu ganha-pão fora do lar, empurrando-as para o oceano da vida social como indivíduos que ganham seu sustento de forma independente. (apud Schneider, 2017: 248).

Vale lembrar que a esmagadora maioria das mulheres vivia no meio rural, nas comunas camponesas e, secularmente, era ali que sua vida se valorizava, enquanto membro ativo e participante do processo de produção. Mesmo submetidas às tradições patriarcais e alheias aos direitos civis, nessa realidade camponesa, como membro ativo dessa pequena comunidade, o poder e a importância de cada membro estão muito mais relacionados com essa participação produtiva do que com a existência de um arcabouço legal de garantias individuais. O caráter coletivo da comuna, a propriedade da terra garantida ao *dvor* e não às pessoas, assegurava uma relação entre gêneros de maior equilíbrio, se comparadas às relações puramente burguesas em que a propriedade individual, os direitos individuais se sobrepõem aos coletivos.

Nesse sentido, a professora Kuvchínskaia compreende a conexão entre a ascensão das reivindicações das mulheres e as transformações no modo de

produção. Ao se desfazerem os laços comuns que ligavam os diferentes tipos de trabalho no interior da comuna, a sobrevivência da mulher passa a estar atada ao mercado, fundamentalmente ao mercado de trabalho.

Na primeira década do século XX, o debate sobre os direitos da mulher foi efervescente. Em 1908 ocorreu o I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia com a participação de mais de mil delegadas. Nesse momento, diversas correntes entabulavam debates sobre assuntos jurídicos, econômicos, educacionais e todos os demais temas do cotidiano. Como em outros países, as controvérsias sobre o sufrágio universal eram enfrentadas por duas posições diametralmente opostas, apesar de defenderem sua importância. De um lado, as mulheres representantes das classes dominantes, fundamentalmente provenientes da burguesia, enxergavam no direito ao voto a panacéia para resolver os problemas e as desigualdades entre homens e mulheres. Por outro lado, revolucionárias de diversas correntes não acreditavam que essa pauta seria suficiente para garantir maior igualdade, já que no campo institucional e parlamentar, o máximo que se alcança é a igualdade formal e a simples participação da mulher no parlamento não garante a modificação substantiva da vida real de milhões de mulheres submetidas às piores condições.

Nessa disputa destacou-se Inessa F. Armand, comunista e revolucionária que foi incansável na denúncia do objetivo eleitoral das feministas burguesas e na incompatibilidade dos interesses entre mulheres de classes sociais conflitantes. Enquanto as burguesas estavam apenas interessadas na participação parlamentar, Armand conclama as trabalhadoras a ingressarem no Partido Comunista, a se sindicalizarem, a agirem politicamente em todos os espaços, a tomarem parte das estruturas coletivas de poder, dos soviets.

Após a Revolução de 1917, da qual teve participação ativa, Armand passou a comandar o Departamento de Mulheres do Comitê Central. Nesse trabalho, escreveu inúmeros textos de agitação e propaganda a fim de levar às mulheres de toda a União Soviética os ideais da luta comunista. Consciente de que até então o papel da mulher, principalmente nas cidades, estava adstrito ao âmbito do lar e aos hediondos afazeres domésticos, Armand retoma os debates da I Internacional Comunista e afirma

[...] O trabalho feminino na indústria trouxe à classe operária tanto sofrimento e sacrifício que mesmo os trabalhadores de vanguarda se viram em um beco sem saída e não sabiam como lidar com esse fato. Os então mencheviques-proudhonistas apoiavam a ideia de que a participação das mulheres na produção era uma barbárie. Com intervenções tocantes, eles reivindicavam que a mulher permanecesse no aconchego doméstico para proteger e educar seus filhos e, em suas resoluções, propunham protestar contra o trabalho feminino como o mal que acarreta a degradação social, moral e física da classe trabalhadora.

Na resolução proposta por Karl Marx e aceita pela maioria do congresso, manifestava-se um ponto de vista completamente diferente. Era indicada não apenas a inutilidade, mas também o caráter reacionário de todas as tentativas de impedir a presença das mulheres na indústria ou de restituí-las à força ao ambiente doméstico. Sem dúvida, as condições do trabalho feminino são terríveis, e é preciso lutar vigorosamente contra as formas abomináveis do emprego dele; mas o trabalho feminino nas fábricas e indústria é bom por si só, porque ele liberta a mulher do jugo familiar, leva a trabalhadora do círculo estreito das atribuições familiares para a arena ampla do trabalho social, capacita o desenvolvimento da independência de seu caráter, cria as condições imprescindíveis para transformá-la em uma combatente que guia a luta comum com os trabalhadores. (apud Schneider, 2017: 242).

Apesar do tom panfletário, que Armand propositalmente utilizava, esse texto apresenta um dilema próprio de um período em que a alienação do processo produtivo pelo trabalho assalariado ainda não avançara tanto quanto hoje. A convivência no ambiente da fábrica, por pior e insalubre que fosse, abria a possibilidade de acesso a um mundo de conhecimento que nem de longe era possível no interior da família.

Os entraves para o desenvolvimento intelectual das mulheres, mesmo das mais altas camadas sociais foram tão marcantes no período pré-revolucionário que muitas dessas proeminentes figuras, tanto as comunistas quanto as demais mulheres que encabeçaram algum tipo de luta por direitos não encontram reconhecimento como suas congêneres ocidentais. Duas delas, no entanto, são marcadamente referências quando se trata de personalidade feminina russa: Nadiéjda Konstantinovna Krúpskaia e Aleksandra Mikháilovna Kollontai.

Contudo, ainda mesmo em pleno século XXI, Krúpskaia é quase que exclusivamente citada como companheira ou esposa de Lenin! Porém, o papel que essa mulher cumpriu, não só nos períodos mais dramáticos da vida do casal, como nos diversos exílios e mudanças constantes, mas na revolução e até o final de sua vida, é digno das mais brilhantes intelectuais de nossa época.

Krúpskaia dedicou-se com afinco à questão da educação como ambiente fundamental para a formação de uma nova geração de homens e mulheres próprios da vida emancipada. A igualdade não é um conceito que se torna práxis social apenas pela vontade ou pela lei. Nesse assunto, a lei não tem a capacidade de mudar a vida mais do que a fé. Por isso ela trabalhou incansavelmente para a implementação de uma educação de meninos e meninas que desse conta do novo mundo e que emancipasse a mulher dos brutais trabalhos domésticos.

Em texto de 1910 ela escreve

A futura reformulação da produção e a alteração da vida em sociedade introduzirão significativas mudanças nesse âmbito [da concretização dos afazeres domésticos isolados], mas enquanto a vida familiar estiver ligada a tarefas como cozinhar o almoço, limpar a casa, remendar o uniforme, educar os filhos, etc., todo esse trabalho recairá sobre a mulher. [...] Na imprensa burguesa (em especial no ocidente), fala-se muito que o trabalho doméstico é um campo no qual a mulher pode empregar suas forças de maneira mais produtiva. A pessoa só cria algo verdadeiramente grandioso atuando na esfera que melhor corresponde à sua individualidade, e os pequenos cuidados domésticos são os mais apropriados à individualidade da mulher. Ela deve se preocupar em ser uma dona de casa exemplar, e não se esforçar para deixar a vida familiar e nem concorrer com o homem no campo do trabalho intelectual.

Todas essas conversas sobre a mulher ser ‘naturalmente predestinada’ à execução dos afazeres domésticos são bobagens semelhantes ao discurso que, na época, os donos de escravos faziam sobre estes serem ‘naturalmente predestinados’ à condição de escravos.

O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade.

[...] se a escola seguir outra abordagem, essa depreciação por ‘coisas de mulher’ rapidamente desaparecerá (*apud* Schneider, 2017: 88-91).

A relação entre a educação e as tarefas domésticas perpassa quase sempre a preocupação das mulheres que encabeçaram o processo revolucionário. Por um lado, tratava-se de revolucionar uma sociedade em que o trabalho doméstico era fundamental para a reprodução cotidiana da vida, por outro, reforçava a limitação criativa e libertadora da mulher condicionada a uma esfera privada insignificante.

Aleksandra Kollontai tornou-se, sem dúvida, a mulher mais importante da revolução russa. Teve uma vida militante ativa e não permitiu que sua vida pessoal sobrepujasse sua força política e disposição para as tarefas mais elevadas na vida pública. Nomeada Ministra da Previdência Social – que na URSS cuidava de todas as questões relacionadas com o cuidado social da população, Kollontai relata a hostilidade que sofreu dos funcionários sob seu comando. Naquele momento, o Ministério contava com os maiores recursos e as tarefas eram muitas.

Minha principal tarefa, como Comissária do povo, consistia no seguinte: melhorar, por meio de decreto, a situação dos inválidos de guerra; em suprimir a religião no ensino ministrado às meninas, cujos colégios dependiam do Ministério (isto realizou-se antes da separação total entre a Igreja e o Estado) e transferir os padres para atividades civis; em implantar o direito de que as próprias alunas administrassem os colégios. Em transformar os antigos orfanatos em residências estatais para crianças (não deveria existir nenhuma diferença entre as crianças

órfãs e as que ainda tinham mães e pais); em criar os primeiros alojamentos para pobres e menores abandonados; e, sobretudo, em organizar um comitê composto exclusivamente por médicos, para a elaboração de um sistema de sanatórios gratuitos por todo o país.

Mas, no meu modo de ver, o trabalho mais importante de nosso Commissariado foi a constituição legal de uma central para a orientação à maternidade e ao recém-nascido. (Kollontai, 1980: 33-34).

O trabalho dessas duas mulheres, nos primeiros instantes da revolução, era realmente transformador. Nem todas as iniciativas lograram o êxito imediato que aguardavam as revolucionárias. No entanto, deixaram um rastro inabalável para a emancipação da mulher.

Bibliografia

- BOITO, Armando (2017). A corrupção como ideologia. *Crítica Marxista*, n. 44, São Paulo.
- DOSTOIÉVSKI, Fiódor (2004). *Os Demônios*. São Paulo: Editora 34.
- _____ (2002). *A aldeia de Stepántchikovo e seus habitantes*. São Paulo: Editora 34.
- GOLDMAN, Wendy (2014). *Mulher, Estado e revolução*. Política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo: Boitempo.
- KOLLONTAI, Alexandra (1980). *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo: Proposta editorial.
- LENIN, Vladimir Ilitch (1982). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich (2007). *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- SCHNEIDER, Graziela (org.) (2017). *A revolução das mulheres*. Emancipação feminina na Rússia Soviética. São Paulo: Boitempo.